

Determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) durante a pandemia de COVID-19 no Brasil

Pablo Henrique Maximiano Salles

Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Resumo

As consequências da COVID-19 representaram forte ameaça à Segurança Alimentar e Nutricional da população, especialmente em grupos em situação de vulnerabilidade, somando-se a outros desafios já existentes no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar os principais determinantes e causas que levaram ao agravamento da Insegurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de COVID-19 no país. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, através de uma busca bibliográfica de artigos em português e inglês, no período de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, a fim de retratar os principais condicionantes da Insegurança Alimentar e Nutricional e os seus impactos na população durante o período da pandemia da COVID-19 no Brasil. Dentre os principais resultados, destacam-se o aumento nas taxas de desemprego, o aumento do preço dos alimentos, a evasão escolar, a perda dos auxílios emergenciais e, ainda, mudanças na estruturação de Programas de Transferência de Renda. Este trabalho evidencia os efeitos da pandemia no Brasil e o aumento dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional entre a população, sobretudo entre os setores socioeconomicamente mais vulneráveis, cabendo aos gestores tanto o resgate do combate à pobreza e à fome quanto a defesa do direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave | Brasil; COVID-19; políticas públicas; Segurança Alimentar e Nutricional.

Classificação JEL | H12 H51 I38

Determinants of Food and Nutritional Insecurity during the COVID-19 pandemic in Brazil

Abstract

The consequences of COVID-19 have posed a strong threat to the population's Food and Nutrition Security, especially in vulnerable groups, adding to other challenges that already exist in Brazil. The aim of this article is to present the main determinants and causes that have led to the worsening of Food and Nutrition Insecurity during the COVID-19 pandemic in the

country. A narrative literature review was carried out through a bibliographic search of articles in Portuguese and English, from November 2021 to February 2022, in order to portray the main determinants of Food and Nutrition Insecurity and its impacts on the population during the COVID-19 pandemic in Brazil. Among the main results, we highlight the increase in unemployment rates, the rise in food prices, school dropouts, the loss of emergency aid and also changes in the structuring of Income Transfer Programmes. This work highlights the effects of the pandemic in Brazil and the increase in levels of Food and Nutritional Insecurity among the population, especially among the most socio-economically vulnerable sectors, and it is up to managers both to rescue the fight against poverty and hunger and to defend the human right to adequate food.

Keywords | Brazil; COVID-19; Food and Nutrition Security; public policies.

JEL Classification | H12 H51 I38

Determinantes de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional (IAN) durante la pandemia de COVID-19 en Brasil

Resumen

Las consecuencias provocadas por el COVID-19 representan una fuerte amenaza para la Seguridad Alimentaria y Nutricional de la población, especialmente en los grupos vulnerables, sumándose a los desafíos existentes en Brasil. El propósito de este artículo es presentar los principales determinantes y causas que conducen al recrudecimiento de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional durante la pandemia del COVID-19 en el país. Se realizó una revisión narrativa de la literatura, a través de una búsqueda bibliográfica de artículos en portugués e inglés, en el período de noviembre de 2021 a febrero de 2022, con el fin de retratar los principales determinantes de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional y sus impactos en la población durante el período de la pandemia de COVID-19 en Brasil. Entre los principales resultados, se destacan el aumento de las tasas de desempleo, el aumento de los precios de los alimentos, la evasión escolar, la pérdida de las ayudas de emergencia, así como los cambios en la estructura de los Programas de Transferencia de Ingresos. Este trabajo destaca los efectos causados por la pandemia en Brasil y el aumento de los niveles de Inseguridad Alimentaria y Nutricional entre la población, especialmente entre los sectores más vulnerables socioeconómicamente, correspondiendo a los gestores el papel de rescatar el combate a la pobreza y el hambre, así como la defensa del derecho humano a una adecuada alimentación.

Palabras clave | Brasil; COVID-19; políticas públicas; Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Clasificación JEL | H12 H51 I38

Introdução

No dia 11 de março de 2020, após cerca de 45 dias do anúncio da presença de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), a Covid-19,

doença causada pelo novo coronavírus, foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em seguida, no dia 20 de março, foi declarado no Brasil um estado de transmissão comunitária do vírus, tendo sido registrados até o dia 14 de fevereiro de 2022, mesmo considerando uma significativa subnotificação, 27.806.786 casos, e 640.744 óbitos, sendo até o período referido, o terceiro país com o maior número de casos confirmados e o segundo com o maior número de óbitos em todo o mundo (Brasil, 2020; WHO, 2020, 2022).

Diante de um cenário que apresentava altos índices de transmissão, somado o baixo conhecimento científico da doença até então, e a insegurança dos sistemas de saúde em receber números cada vez maiores de pessoas nos leitos hospitalares, a OMS recomendou o isolamento social como medida mais eficaz para amenizar a transmissão do vírus. Assim, autoridades do Brasil e de outros países decretaram que uma série de serviços fossem suspensos, além do fechamento de comércios e escolas, a fim de evitar que mais pessoas se contaminassem, e por consequência, achatar a curva de progressão da doença e de mortes, permitindo que os sistemas de saúde se organizassem para prestar apoio à população (Neves *et al.*, 2021; Zago, 2021).

Tais medidas ocasionaram impactos econômicos em todo o mundo. No Brasil, uma série de atividades econômicas foram significativamente reduzidas, paralisadas e, até mesmo, encerradas definitivamente, ocasionando um aumento no desemprego, pobreza e fome. A instabilidade no emprego e renda das famílias, associada à necessidade de isolamento social, afetou diretamente as demandas básicas, com destaque para a alimentação, em decorrência da redução no acesso à comida (Moura; Ferreira; Alves, 2021; Neves *et al.*, 2021; Zago, 2021). Este acesso foi ainda mais reduzido devido à suspensão de alguns Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como feiras livres, restaurantes populares e bancos de alimentos, além do fechamento das escolas, onde muitas crianças faziam a única refeição saudável do dia. Com a chegada da pandemia de Covid-19, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) demonstra maior tendência de aumento da sua magnitude nos domicílios brasileiros (Araújo *et al.*, 2021).

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é estabelecida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, sancionada em 15 de setembro de 2006, a qual estabelece princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Nela, é reforçado o conceito de alimentação adequada como direito fundamental, e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como dever do poder público, assim como a garantia de mecanismos que assegurem sua exigibilidade (Brasil, 2006; Souza *et al.*, 2021).

Em seu Art. 3º, o conceito de SAN é definido pela Losan como o direito de todo cidadão

ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Essa institucionalidade contribuiu para a ampliação do êxito das políticas de SAN no Brasil. Com efeito, no que se refere às políticas de SAN exitosas, o Brasil foi globalmente reconhecido por reduzir os níveis de IAN (Sousa, 2019). A partir do ano de 2003, o Governo Federal brasileiro se propôs a ampliar e instituir políticas e programas de combate à fome e promoção do DHAA no país, compondo ações junto à Estratégia Fome Zero, através de investimentos com vistas ao desenvolvimento de programas intersetoriais com interfaces entre fomento à agricultura familiar, combate à pobreza, geração de empregos, aumento do salário mínimo, acesso aos alimentos nas escolas, em comunidades isoladas e Educação Alimentar e Nutricional (Souza *et al.*, 2021). Cabe ressaltar o desenvolvimento de programas sociais como: Programa Bolsa Família (PBF)¹, considerado o maior programa de transferência de renda do mundo, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)², que garante maior renda aos pequenos produtores, assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante alimentação adequada e saudável nas escolas, além da recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)³, configurando-se ações que se destacam pela promoção de SAN (Sousa, 2019; Zago, 2021).

¹ O Programa Bolsa Família (PBF) foi relançado pelo Governo Federal em 2 de março de 2023 com a publicação da Medida Provisória nº 1.164 e convertida pela Lei 14.601, de 19 de junho de 2023 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Trata-se de um programa de transferência direta e condicionada de renda que, por meio da articulação com outras políticas, atua para a superação da pobreza e transformação social das famílias beneficiárias.

² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi reinstituído pelo Governo Federal pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, a fim de contribuir para o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e integrar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

³ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi reinstalado presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Decreto nº 11.42 em 28 de fevereiro de 2023. O Conselho tem caráter consultivo e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável pela gestão intersetorial de políticas públicas e a articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação social da sociedade, para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Contrapondo o conceito de SAN, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) “existe quando as pessoas não têm acesso econômico, social e físico adequado a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável” (Souza *et al.*, 2021). Em 2003, foi validada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), para que fossem acompanhados os impactos das políticas de SAN implementadas no país. Trata-se de uma escala psicométrica de medida direta, que identifica a SAN e a IAN, sendo esta segunda em três níveis (Insegurança Alimentar Leve, Moderada e Grave) (Athila; Leite, 2020).

No ano seguinte, por meio da incorporação da Ebia ao Suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2004), foi realizado o primeiro diagnóstico de SAN e IAN com abrangência nacional (IBGE, 2013). Através da análise de tendências temporais e fatores relacionados à IAN no Brasil, diante de dados referentes a três PNADs seguidas, dos anos de 2004, 2009 e 2013, notou-se a redução na prevalência de IAN, sobretudo a moderada e a grave, que, somadas, foram de 17% para 7,9%, entre 2004 e 2013, enquanto a proporção de famílias em SAN saltou de 64,8% para 77,1%, no mesmo período (Santos *et al.*, 2018).

Perante o exposto, o objetivo deste artigo é apresentar as principais determinantes e causas que levam ao agravamento da IAN durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, sobretudo em relação ao acesso a alimentos, a fim de configurar estratégias de enfrentamento e de desenvolvimento territorial.

Metodologia

Esse artigo se vale de uma revisão narrativa da literatura sobre as principais determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional quanto ao acesso aos alimentos, e os seus impactos na população durante o período da pandemia da Covid-19 no Brasil, e ainda, as consequências da pandemia na situação nutricional da população. Foi realizada a partir do levantamento de informações, estudos, leituras e análises de opiniões apontadas por diferentes autores, destacando a relevância do assunto em questão de forma sistemática com rigor metodológico (Brum *et al.*, 2015).

O presente trabalho fundamentou-se em uma pesquisa de revisão da literatura narrativa realizada por meio de uma busca bibliográfica de artigos em português e inglês, disponíveis nas bases de PubMed, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período de novembro de 2021 a fevereiro de 2022. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra e sem data limite de publicação. Os descritores utilizados para construir o estudo e pesquisa foram: “Segurança alimentar e nutricional”, “Insegurança alimentar”, “Pandemia” e “COVID-19”.

Após uma análise primária, foram excluídos da revisão estudos que não obedeciam às especificações buscadas, resultando em 23 artigos selecionados para este trabalho. Além disso, foram incluídos relatórios, manuais, publicações e documentos oficiais que apresentavam relevância ao tema.

Após a leitura e interpretação, destacou-se, sob ponto de vista teórico e contextual, uma abordagem narrativa sobre a problemática escolhida, seguindo as recomendações preconizadas por Rother (2007).

Desenvolvimento

O Brasil conseguiu, em 2014, reduzir pela metade a prevalência de subnutrição no país, atingindo a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, figurando de maneira inédita fora do “Mapa da Fome”. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) apontou, entre os fatores relacionados ao êxito da redução, o crescimento econômico de forma inclusiva, com melhores oportunidades aos menos favorecidos, aperfeiçoamento da produtividade dos agricultores familiares e reforço da proteção social, além do destaque quanto ao fortalecimento dos programas de transferência de renda e do crescimento do poder aquisitivo feminino (Souza *et al.*, 2021).

No entanto, segundo Souza et al. (2021), na contramão das conquistas atingidas ao longo da última década, desde 2016 o que se observa é o declínio e o desmonte das mais diversas políticas e conjunturas públicas de garantia de direitos e de incentivo aos sistemas alimentares saudáveis. A exemplo, temos a fragmentação do Sisan, com a exclusão de dois importantes componentes, como o Consea, as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), e sobretudo, pela redução de recursos orçamentários e a abrangência de Programas de Transferência de Renda (PTR) como Programa Bolsa Família, além do Programa de Aquisição de Alimentos, programas de fomento à agricultura familiar, Programa Água para Todos, pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016)⁴, além da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016) responsável pelo congelamento dos gastos públicos nos próximos 20 anos nas áreas de saúde e educação (Henning; Brittes, 2021; Ribeiro-Silva, 2020;).

De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2017 e 2018, a proporção de domicílios que garantiram acesso a uma alimentação saudável foi de 63,3%, sendo 13,8% inferior à de PNAD-2013, 6,2% inferior à PNAD-2009, e também inferior ao valor da PNAD-2004 (64,8%), quando ocorreu a primeira

⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar foi recriado pelo Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, pelo atual Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

avaliação da SAN no país. A prevalência de IAN atingiu 36,7% dos domicílios brasileiros, sendo proporcionalmente 24% em IAN leve, 8,1% em IAN moderada e 4,6% em IAN grave. As proporções de IAN leve, moderada e grave foram maiores nas regiões Norte e Nordeste. Dentre as regiões com maiores prevalências de IAN grave, destacam-se as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, sendo 10,2%, 7,1% e 4,7%, respectivamente. Em contrapartida, a IAN grave esteve menos presente nas regiões Sul e Sudeste, apresentando 2,9% e 2,2%, respectivamente (IBGE, 2019). Observa-se um aumento de todos os graus de IAN que apresentavam redução. Assim como em estudos transversais locais, como de Brito et al. (2020), realizado em uma comunidade carente de São Luís, Maranhão, observando a elevada prevalência de 94% de algum grau de IAN (IBGE, 2019; Santos, 2018).

A IAN vem se agravando no país, apontando que as privações causadas pela pandemia de Covid-19 se relacionam intimamente à pobreza e à fome. De acordo com a investigação realizada por meio do Projeto Vigisan, pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, a proporção de domicílios em condição de SAN foi de 44,8%, enquanto 55,2% dos brasileiros se encontravam em situação de IAN, sendo proporcionalmente 34,7% em IAN leve, 11,5% em IAN moderada, e 9% em IAN grave, evidenciando um aumento em comparação aos inquéritos anteriores (Quadro 1). O inquérito da Rede Penssan teve como ferramenta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), aplicada em 2180 domicílios, sendo 1662 domicílios urbanos e 518 domicílios rurais, distribuídos em 128 municípios (Paula; Zimmermann, 2021; Rede Penssan, 2021).

Em 2022, a Rede Penssan publicou o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan), demonstrando resultados dos dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, a partir da realização de entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal, apresentando um cenário ainda mais recrudescido para as pessoas que passam fome no Brasil, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IAN grave) (Rede Penssan, 2022).

Quadro 1 – Percentual da população em condições de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) leve, moderada e grave, segundo levantamentos da POF 2017/2018, Vigisan 2020 e II Vigisan – 2021/2022

Inquérito realizado	SAN	IAN	IAN		
			Leve	Moderada	Grave
POF – 2017/2018	63,3%	36,7%	24,0%	8,1%	4,6%
VIGISAN – 2020	44,8%	55,2%	34,7%	11,5%	9,0%
II VIGISAN – 2021/2022	41,3%	58,7%	28,0%	15,2%	15,5%

Fonte: Adaptado de IBGE (2019) e Rede Penssan (2021; 2022).

As desigualdades regionais no que se refere ao acesso aos alimentos corroboram com as demais demonstrações de desigualdades existentes. Assim como em inquéritos anteriores, as regiões Norte e Nordeste concentram os domicílios com maior proporção de IAN moderada e grave, e menor proporção de SAN (Quadro 2). Segundo a investigação, as prevalências de IAN moderada e grave na Região Norte foram de 14,1% e 18,1%, respectivamente, enquanto na região Nordeste a prevalência de IAN moderada foi de 17%, e de IAN grave, 13,8%. As regiões Centro-Oeste e Sudeste/Sul apresentaram menores prevalências de IAN grave, sendo 6,9% e 6% respectivamente (Rede Penssan, 2021).

Já em 2022, a Região Norte foi aquela em que o acesso domiciliar aos alimentos sofreu o maior impacto das desigualdades sociais, antes e durante a pandemia da Covid-19, seguida da Nordeste. As formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem fatias maiores da população nas regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%), respectivamente (Rede Penssan, 2022).

Quadro 2 – Percentual da população em condições de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) leve, moderada e grave, de acordo com as regiões do país, segundo levantamentos da POF 2017/2018, Vigisan 2020 e II Vigisan – 2021/2022

Inquérito realizado	Região	SAN	IAN	IAN		
				Leve	Moderada	Grave
POF 2017/2018	Norte	43,0	57,0	31,8	15,0	10,2
	Nordeste	49,7	50,3	29,8	13,4	7,1
	Centro-Oeste	64,8	35,2	23,2	7,3	4,7
	Sudeste/Sul	74,05	29,95	18,9	4,5	2,55

Inquérito realizado	Região	SAN	IAN	IAN		
				Leve	Moderada	Grave
VIGISAN 2020	Norte	36,9	63,2	31,0	14,1	18,1
	Nordeste	28,1	71,9	41,1	17,0	13,8
	Centro-Oeste	46,7	53,2	34,6	11,7	6,9
	Sudeste/Sul	53,1	46,9	32,3	8,6	6
II VIGISAN 2021/2022	Norte	28,4	71,6	26,4	19,5	25,7
	Nordeste	32,0	68,0	29,6	17,4	21,0
	Centro-Oeste	40,5	59,5	31,1	15,5	12,9
	Sudeste/Sul	48,1	51,8	26,9	13,2	11,7

Fonte: Adaptado de IBGE (2019) e Rede Penssan (2021; 2022).

Os principais inquéritos sobre a temática da alimentação e nutrição realizados no Brasil, desde os anos de 1970, demonstraram a progressiva diminuição da desnutrição e o aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade, acompanhado da crescente prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Outro aspecto considerado pela literatura pesquisada é que, durante a pandemia, uma parcela da população brasileira mudou sua relação com os alimentos, por meio da redução do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, como produtos cárneos, arroz, feijão, hortaliças, leguminosas, tubérculos e raízes, frente ao aumento no consumo de alimentos ultraprocessados (AUP), como embutidos, macarrão instantâneo, biscoitos e refrigerantes (Souza *et al.*, 2021).

Para Zago *et al.* (2021), ao se encontrar em situação de vulnerabilidade econômica, o indivíduo se enxerga limitado na utilização biológica dos nutrientes, convivendo sob risco de desnutrição. Em tais situações, indivíduos e famílias adotam o consumo de alimentos de menor qualidade nutricional e custo, longa vida útil e alta densidade energética, a exemplo dos ultraprocessados, ricos em sódio, gordura saturada e açúcares, como forma de enfrentamento à carência de alimentos e fome. Nesse contexto, o cenário da SAN aponta para o problema da obesidade e da fome oculta, ocasionando uma série de comorbidades e agravos em saúde pública (Martinelli *et al.*, 2020). Sendo assim, pode-se reconhecer desnutrição e obesidade como formas distintas de IAN no cenário da Transição Alimentar e Nutricional. Nesse sentido, o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil (2021-2030)”, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2021, propõe 23 indicadores e respectivas metas a serem acompanhadas para monitoramento da implementação anual e os principais resultados obtidos, agrupados em 3 grupos, sendo eles: cinco indicadores e metas para as DCNT; 10

indicadores e metas para os fatores de risco para as DCNT; oito indicadores e metas para agravos (acidentes e violências) (Brasil, 2021).

O cenário da SAN no Brasil é preocupante, tampouco constava na agenda institucional do governo Jair Bolsonaro (2019-2022). O que se observa, desde sua posse, a partir de 2019, havendo dentre os primeiros movimentos, a extinção do Consea, evidenciando a fragilidade nas tomadas de decisão relacionadas à garantia da SAN, a partir da desarticulação e desmonte de uma importante instância para o diálogo entre sociedade civil e o governo federal. O contexto se torna ainda mais grave quando se considera os grupos sociais que não se encontram inseridos de forma mais concreta na sociedade, para que estes sejam contemplados pelas políticas públicas, como quilombolas, povos indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (PTCs), população em situação de rua, entre outros (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Junto com a extinção do Consea, o próprio Sisan, junto às articulações nos poderes executivos federal, estadual/distrital e municipal foram fragilizados no processo de mecanismos e fomento de ações de enfrentamento da IAN, bem em um momento em que as ações deveriam ser intensificadas. A ausência de uma Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan)⁵ e de uma Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF)⁶ (restabelecidas pelo Governo Lula em 2023) foi crucial para a fragilização da concepção e/ou o aprimoramento de políticas públicas para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil (Castro, 2019).

Um estudo feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) entre 3 de julho de 2020 a 18 de julho de 2020, revelou que um a cada cinco brasileiros com idade a partir de 18 anos experimentaram ao menos um episódio de não ter dinheiro para comprar comida. Além disso, aproximadamente 9 milhões de brasileiros deixaram de fazer alguma refeição pela falta de alimento ou dinheiro para adquiri-lo (Carvalho; Viola; Sperandio, 2021).

O crescimento do número de famílias em situação de IAN, agravado pela pandemia, é reflexo do deslocamento social ocorrido nos últimos anos e consequência direta

⁵ Dentre as atribuições da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, citam-se: planejar, implementar e coordenar programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional. O direito à água de qualidade, à inclusão socioeconômica das famílias rurais e à valorização das culturas e dos patrimônios alimentares e sua diversidade também estão no escopo desta secretaria.

⁶ A Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF) tem como atribuições coordenar e monitorar as políticas de combate à fome junto à sociedade civil, aos entes federativos e aos demais órgãos do governo federal, em busca da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

da redução do poder de compra, da renda nominal, do aumento dos preços, do desemprego, do trabalho informal e precarização dos programas de assistência governamental, o que atinge de forma mais grave famílias cuja renda é insuficiente para suportar a ameaça da fome ou escassez de refeições e alimentos saudáveis, sendo o aumento do desemprego um fator observado para a América Latina e Caribe, segundo dados do Relatório Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Panorama Laboral 2020) (Araújo; Brandão, 2021; Paula; Zimmermann, 2021).

Dados da PNAD-Contínua apontam que, no terceiro trimestre de 2021, aproximadamente 12,4 milhões de pessoas estavam desempregadas no país, representando uma taxa de 11,6% (IBGE, 2022). Para Schott *et al.* (2020), a IAN está diretamente relacionada à renda, uma vez que a limitação da mesma pode ocasionar restrição de acesso a alimentos nutricionalmente saudáveis disponíveis. Portanto, o aumento do desemprego e pobreza durante a pandemia de Covid-19 pode agravar a situação de famílias que já se encontram em condição de vulnerabilidade, sobretudo entre trabalhadores informais e com baixo nível de escolaridade.

Lourenção *et al.* (2021) observaram que crianças cujos pais possuem ensino fundamental incompleto apresentam menor chance de se encontrarem em condição de SAN, frente a crianças cujos pais possuem maior nível de escolaridade. Tal relação sugere preocupação quanto às perspectivas futuras, pois no segundo trimestre de 2021, o número de crianças e jovens de seis a 14 anos fora das escolas apresentou um aumento de 171,1% em comparação ao ano de 2019, no mesmo período (IBGE, 2021).

De modo geral, apesar dos impactos seletivos, parte da população brasileira se viu desprotegida diante de um impacto econômico, na qual não possuíam recursos para acesso às necessidades básicas. Em abril de 2020, o governo federal brasileiro sancionou a criação do Programa Auxílio Emergencial (PAE), que concedeu o valor de R\$ 600 mensais para aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade durante a pandemia. Cabe destaque ao fato de que o valor concedido teria sido de apenas R\$ 200 caso não houvesse forte pressão do congresso e sociedade civil organizada. O PAE foi popularmente denominado *coronavoucher*, refletindo um caráter pejorativo, como algo perecível, contrário à perspectiva do Direito e dever do Estado para algo que seja mais do que uma renda emergencial aos mais pobres (Marins *et al.*, 2021).

Em maio de 2020, de acordo com o Inquérito Vigisan, para 5,2% dos domicílios, o PAE era a única fonte de renda disponível. Ademais, foi vetado pelo presidente da República o pagamento do auxílio a grupos como pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, taxistas, motoristas e entregadores de aplicativos, entre outros. De modo geral, o que se viu foram problemas no processo de garantia desse direito e, além da dificuldade de acesso ao benefício por problemas

cadastrais e a resposta tardia, o valor vigorou apenas até agosto de 2020, quando foi reduzido pela metade, sob novos critérios de acesso. Desta forma, impactando de maneira direta a condição de SAN, principalmente das famílias que solicitaram e foram atendidas, que ainda segundo o inquérito Vigisan, apresentaram nível de IAN grave de 28%, enquanto as que não fizeram a solicitação apresentaram 10,2%, evidenciando ter ficado abaixo das expectativas frente ao crescente empobrecimento populacional e suas necessidades (Alpino *et al.*, 2020; Gurgel *et al.*, 2020).

Dentre os principais fatores que ocasionaram a retração no consumo alimentar da população, sobretudo de alimentos nutricionalmente saudáveis, destacam-se, além da redução do poder de compra das famílias, a alta nos preços dos alimentos. De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente em 17 capitais brasileiras pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2021, todas as capitais que integram a pesquisa registraram aumento no valor da cesta básica (Dieese, 2021).

Tendo como referência a cidade de São Paulo, de dezembro de 2020 a dezembro de 2021, 10 produtos tiveram alta acumulada de preço, sendo eles: açúcar refinado (59,92%), café em pó (39,42%), tomate (27,90%), manteiga (23,51%), carne bovina de primeira (12,76%), farinha de trigo (9,94%), pão francês (6,70%), óleo de soja (5,15%), banana (2,22%) e leite integral (0,59%). Houve diminuições no valor da batata (-24,41%), o arroz agulhinha (-21,00%) e o feijão carioca (-5,81%). No mês de dezembro, a cidade registrou a cesta básica mais cara (R\$ 690,51), e considerando a determinação constitucional que afirma que o salário-mínimo deve atender de forma suficiente despesas como alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Ainda, segundo o Dieese, estima-se que o salário-mínimo para garantir a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ser de aproximadamente R\$ 5.800,98, mais de cinco vezes o valor praticado, que foi R\$ 1.100 (Dieese, 2021).

Paralelamente à crise já estabelecida, em novembro de 2021 através do Decreto nº 10.852, o governo federal regulamentou um novo programa de renda mínima, o Programa Auxílio Brasil (Brasil, 2021). O mesmo marca o momento da extinção do Programa Bolsa Família, reconhecidamente um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, tendo ocorrido durante seis mandatos presidenciais. Seus beneficiários foram as famílias já inclusas do Programa Bolsa Família, além dos trabalhadores informais beneficiários do PAE. Com duração até dezembro de 2022, o programa evidencia seu caráter eleitoral, uma vez que seu fim coincide com as eleições presidenciais, causando incertezas quanto à sua continuidade, sobretudo na população mais vulnerável, que se beneficiou do Bolsa Família por 18 anos. Além disso, o novo programa conta com nove diferentes categorias de benefícios, dentre eles adotando princípios meritocráticos no esporte e na ciência, algo inatingível para uma grande parcela de crianças e adolescentes que

não dispõem sequer de condições básicas para exercerem sua vida escolar (El País, 2021a, 2021b).

A garantia da fonte de recursos para o programa passa pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, permitindo o parcelamento de precatórios e alterando o cálculo do teto de gastos, podendo liberar até R\$ 108,4 bilhões em gastos federais em 2022 (Agência Brasil, 2021). Ademais, a necessidade de alternativas como emendas constitucionais que permitam contornar o teto de gastos, como no caso dos Precatórios, demonstram claramente improvisos de um governo de resultados que transitam entre inexpressivos e negativos (El País, 2021a).

O governo federal brasileiro, durante o período de 2019-2022, encontrou-se entre os piores do mundo no que se refere ao enfrentamento dos danos causados pela pandemia, fato reconhecido tanto pela ONU quanto pela comunidade científica internacional, apontando-se como parte de seu projeto de implementação de uma agenda antidireitos (Pimenta *et al.*, 2021). Somada a inaptidão governamental em desenvolver políticas sociais e econômicas, a pandemia e seus duros efeitos sobre o desemprego e pobreza, contribuem diretamente na crescente trajetória da fome no Brasil. Os impactos causados pela Covid-19, somados ao desmonte das políticas de SAN, conduzem o país de volta ao mapa da fome, evidenciando a incapacidade do ex-governo (2019-2022) de garantir direitos e enfrentar a crise de maneira adequada (Gurgel *et al.*, 2020).

Estratégias de enfrentamento da IAN nos territórios e de desenvolvimento territorial

Diante da ausência de uma estratégia unificada de enfrentamento à pandemia, a população se viu (des)orientada sob uma agenda de governos cujas decisões transitam entre o medo do colapso dos sistemas de saúde, e a falsa prioridade de preservar empregos e salvar a economia. Nessas condições, diante das reconhecidas limitações de atendimento aos infectados, a parcela mais vulnerável da sociedade está diretamente exposta ao risco de contaminação, ao mesmo tempo em que o suporte de renda não foi atendido de maneira adequada (Paula; Zimmermann, 2021).

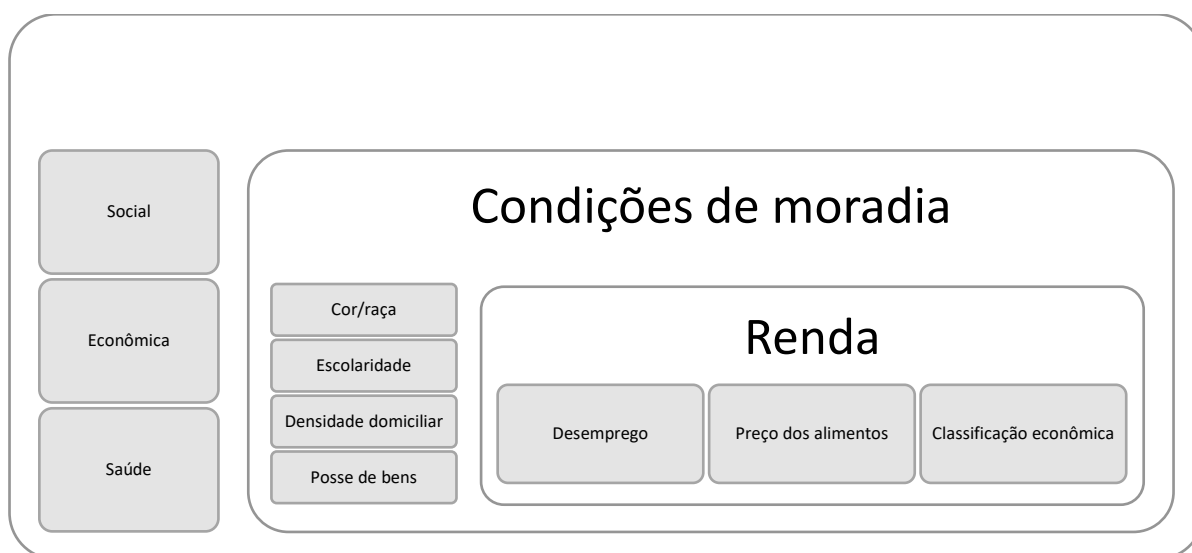
Martinelli *et al.* (2020), sugerem estratégias emergenciais para minimizar o impacto da pandemia na alimentação da população, agrupadas em quatro eixos principais, são eles: (1) valorização da agricultura familiar e produção agroecológica; (2) melhoria da cadeia de abastecimento alimentar e consolidação das cadeias curtas de abastecimento de alimentos; (3) garantia de acesso a alimentos nutricionalmente saudáveis, adequados e sustentáveis; (4) divulgação de informações e recomendações a população.

Para Neves *et al.* (2021), para conter a escalada da fome, é urgente que se aumente a cobertura de políticas públicas e programas de transferência de renda e acesso à alimentação, com estímulo à produção e distribuição local de alimentos pela agricultura familiar, além da retomada das CNSANs e recomposição do Consea. Enquanto vigente, o Consea responsabilizava-se pela articulação, acompanhamento, mobilização e monitoramento de ações que eram propostas na política e nos planos com entidades e órgãos do Sisan (Oliveira *et al.*, 2022).

É importante, também, que se fortaleça a adesão ao Sisan a nível local, por meio da composição do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, é necessário que o município realize Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, que se componha o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea), além da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), responsável por executar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e elaboração e publicação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Plamsan) (Marano *et al.*, 2021).

Perante o presente trabalho, e, ainda, considerando demais autores (Almeida *et al.*, 2017; Bittencourt *et al.*, 2013; Souza *et al.*, 2020; Sperandio; Priore, 2017) é possível apresentar, em suma, os principais determinantes da IAN (Figura 1), com destaque aos determinantes sociais, econômicos e de saúde retratados e atenuados no período de Pandemia de Covid-19.

Figura 1 – Principais determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Considerações finais

Pode-se observar que, mesmo presente em diversos espaços, a pandemia de Covid-19 demonstra-se não democrática, dado o cenário onde poucas famílias dispuseram de meios para seu enfrentamento, enquanto milhões no Brasil aprofundaram suas condições de vulnerabilidade social, o que trouxe graves consequências, sobretudo no que se refere à redução no acesso aos alimentos saudáveis disponíveis, evidenciando uma sociedade histórica e estruturalmente desigual. Diante disso, deve-se compreender a IAN de forma ampliada e profunda, não atribuindo seu agravamento somente à pandemia, mas, sim, somando-o aos crescentes desmontes das políticas públicas de SAN ocorridos nos últimos anos.

Para reverter este cenário, é urgente que o Estado atue baseado numa agenda que priorize a proteção social, geração de empregos, valorização da educação pública, além da reestruturação de fortalecimento dos programas de transferência de renda e políticas voltadas à produção de alimentos pela agricultura familiar e o abastecimento alimentar. Para isso, deve-se incentivar constantemente o resgate da relevância do combate à pobreza, a fome e defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a sua exigibilidade.

Destacamos que este trabalho contribui para a compreensão dos fatores políticos, sociais e econômicos no escopo das Políticas Públicas de SAN durante o período da pandemia de Covid-19 e os seus respectivos impactos sociais. Assim, novos estudos sobre esta temática devem ser realizados, considerando o período pós-pandemia, a fim de compreender os efeitos da implicação que permanecerem vigentes.

A partir de 2023, com a recomposição das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional pelo atual governo federal, como o retorno do Programa Bolsa Família, a criação das Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome e a reintegração do Consea, além da reestruturação do orçamento para as ações de SAN, a Segurança Alimentar e Nutricional voltou a crescer. Segundo o IBGE, no quarto trimestre de 2023, tendo como referência o período de três meses anteriores à data de realização da pesquisa, o Brasil tinha 72,4% (ou 56,7 milhões) dos seus domicílios em situação de segurança alimentar. Essa proporção cresceu 9,1 pontos percentuais (p.p.) frente à última pesquisa do IBGE a investigar esse tema, a POF 2017-2018, que havia encontrado 63,3% dos domicílios do país em situação de segurança alimentar (IBGE, 2024).

Ao final de 2023, o Consea realizou a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com cerca de 2,2 mil participantes, com o tema: *“Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”*, visando reafirmar e fortalecer a importância da participação social na construção de políticas públicas

voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional e o espaço institucional de diálogo entre o poder público e sociedade civil.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda as novas regras para pagamento de precatórios**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-12/o-que-muda-com-pec-dos-precatorios>. Acesso em: 3 fev. 2022.

ALMEIDA, J. A. *et al.* Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 479-488, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.27102015>

ALPINO, T. M. A. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00161320. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>

ARAÚJO, I. S.; BRANDÃO, V. B. G. Trabalho e renda no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Práxis**, v. 2, p. 96–111, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>

ARAÚJO, T. A. *et al.* (In)segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante a pandemia do covid-19. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021010, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661200>

ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 10, e00208019, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208019>

BITTENCOURT, L. S. *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios de alunos de escolas públicas da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. **J Saúde Popul Nutr.**, v. 31, n. 4, p. 471-479, 2013.

BRASIL. Decreto Nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 08 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [online] / **Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRITO, A. P. *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidade carente. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10415>

BRUM, C. N. *et al.* Revisão narrativa de literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In: LACERDA, M. R.; COSTENARO, R.G.S (Org.). **Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde**: da teoria à prática. Porto Alegre: Moriá, 2015.

CARVALHO, C. A.; VIOLA, P. C. A. F; SPERANDIO, N. How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? **Public Health Nutrition**, v. 24, n. 3, p. 561-564, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1368980020003973>

CASTRO, I. R. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, e00009919, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Em 2021, cesta básica aumenta em todas as capitais.** 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

EL PAÍS. **Réquiem pelo Bolsa Família, o programa eficaz (e barato) contra a pobreza se despede do Brasil.** 2021a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-05/requiem-pelo-bolsa-familia-o-programa-eficaz-e-barato-contr-a-pobreza-se-despede-do-brasil.html>. Acesso em: 3 fev. 2022.

EL PAÍS. **Auxílio Brasil e a marcha à ré na política social e liberal brasileira.** 2021b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinioao/2021-11-18/auxilio-brasil-e-a-marcha-a-re-na-politica-social-e-liberal-brasileira.html>. Acesso em: 3 fev. 2022.

GURGEL, A. M. *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>

HENNING, A. C.; BRITTES, L. R. Emenda Constitucional nº 95/2016: Ameaças e desafios aos Institutos Federais. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 113, p. 373-391, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2021.113.373-391>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre Móvel Abr.-Jun. 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf Acesso em: 13 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre Móvel Set.-Nov. 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_nov.pdf. Acesso em: 3 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LOURENÇÃO, L. F. P. *et al.* Socioeconomic factors related to food consumption and the condition of food and nutrition insecurity in preschoolers. **Nutrire**, v. 46, n. 17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41110-021-00146-4>

MARANO, D. *et al.* Relato de Experiência: percurso e desafios para adesão municipal ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. e50901, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.50901>

MARTINELLI, S. S. *et al.* Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of COVID-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202032e200181>

MARINS, M. T. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**. v. 36, n. 2, p. 669-692, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>

MOURA, L. A.; FERREIRA, A. M. S.; ALVES, I. M. Implications of the COVID-19 pandemic on the aggravation of food insecurity in Brazil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, e30101220150, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20150>

NEVES, J. A. *et al.* Unemployment poverty and hunger in Brazil in COVID-19 pandemic times. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>

OLIVEIRA, A. S. B. *et al.* Monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 631-640, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.41332020>.

PAULA, N. M.; ZIMMERMANN, S. A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista NECAT**, v. 10, n. 9, p. 55-66, Jan-Jun. 2021. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4849>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PIMENTA, D. N. *et al.* Leituras de Gênero sobre a COVID-19 no Brasil. In: MATTA, G.C. *et al.* **Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório COVID 19. Editora FIOCRUZ, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>

Rede Penssan. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 7 jan. 2022.

Rede Penssan. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil - II VIGISAN: relatório final**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Editorial. Acta paul. enferm.**, v. 20, n. 2, p. 5-7, Jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

SANTOS, T. G. *et al.* Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, e00066917, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00066917>

SHOTT, E. *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, e200096, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200096>

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Inquéritos antropométricos e alimentares na população brasileira: importante fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 499-508, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.07292016>

SOUSA, L. R. M. *et al.* Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, e00084118, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00084118>

SOUZA, B. F. J. N. *et al.* (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAm J Med Health**, v. 4, e202101001, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>

SOUZA, J. D. *et al.* Determinantes sociais, econômicos e de saúde da Insegurança Alimentar e Nutricional. In: MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. (org.). **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa-MG: UFV, 2020.

WHO. World Health Organization. **WHO Coronavírus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <https://COVID19.who.int>. Acesso em: 21 fev. 2022.

WHO. World Health Organization. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020**. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-COVID-19---11-march-2020>. Acesso em: 3 jan. 2022.

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segur. Aliment. Nutr.** Campinas, v. 28, e021008, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661900>

Data de submissão: 17/07/2023

Data de aprovação: 19/12/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Pablo Henrique Maximiano Salles

Universidade Federal de Alfenas

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro

37130-001 Alfenas/MG, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4233-4298>

E-mail: pablo.hmaxisalles@gmail.com

Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Universidade Federal de Alfenas

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro

37130-001 Alfenas/MG, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9863-4647>

E-mail: luizfelipepaiva03@gmail.com